

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.673 - RS (2019/0334973-8)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE : DAISE MARIA SCHWARZER**  
**ADVOGADO : MÁRCIA MARIA PIEROZAN - RS044061**  
**RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por DAISE MARIA SCHWARZER, fundamentado na alínea **a** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM EXECUÇÃO. IMPUGNAÇÃO IMPROCEDENTE.

1. Conforme a Súmula 519 do STJ, 'Na hipótese de rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença, não são cabíveis honorários advocatícios'.

2. Decisão hostilizada mantida a fim de evitar a reformatio in pejus" (190e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, rejeitados nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA.

Em razão de seu caráter integrativo ou interpretativo, os embargos de declaração não se prestam como via para a reapreciação dos fundamentos da decisão atacada" (fl. 218e).

Alega-se, nas razões do Recurso Especial, violação ao art. 85, §§ 1º e 7º do CPC/15 e Súmula n. 519 do STJ. Sustenta a parte recorrente, o seguinte:

**"1.1 A Recorrente promoveu execução de cumprimento de sentença, objetivando o recebimento dos valores decorrentes da procedência da demanda previdenciária que ensejou a concessão da aposentadoria especial.**

Recebido o cumprimento de sentença nos moldes do art. 534 do CPC, não houve a fixação de honorários advocatícios em prol dos procuradores da Recorrente.

Citado, o Instituto Previdenciário apresentou impugnação, alegando excesso de execução no valor de R\$ 31.049,80, a qual foi julgada improcedente em 1º Grau, sem, contudo, haver arbitramento dos honorários advocatícios sucumbenciais.

Instada a se manifestar via embargos de declaração – especialmente sobre a incidência do § 7º, do art. 85, do CPC – os mesmos foram acolhidos, tendo a Impugnante (Executada) sido condenada ao pagamento de honorários advocatícios no valor de R\$ 100,00.

Diante da insignificância da verba - inferior a 1/9 do salário-mínimo nacional -, a Recorrente opôs novos embargos de declaração, de modo que fossem esclarecidos os parâmetros utilizados no arbitramento dos honorários, bem assim requerendo a concessão de efeito infringente consistente na majoração da verba para 10% sobre a quantia impugnada, conforme remansosa jurisprudência do TRF da 4ª Região.

**Os embargos foram rejeitados com base no § 8º, do art. 85, do CPC**

Tendo em vista a insignificância do valor honorífico arbitrado e diante do entendimento jurisprudencial do TRF da 4ª Região quanto ao ponto, a parte interpôs agravo de instrumento, oportunidade em que a e. 5ª Turma do TRF4 entendeu indevida a fixação de honorários advocatícios sucumbenciais no julgamento da impugnação à fase de cumprimento de sentença, calcando-se na **Súmula 519 do STJ**:

Na hipótese de rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença, não são cabíveis honorários advocatícios.

Diante da existência de omissões, foram opostos embargos de declaração i) **quanto à efetiva aplicabilidade da Súmula 519 do STJ ao caso concreto (uma vez que os honorários advocatícios não foram fixados em nenhum momento da fase executiva)**; ii) quanto à aplicabilidade do disposto nos §§ 1º e 7º, do art. 85, do NCPC. Os embargos foram rejeitados, sob o argumento de sua imprestabilidade para reforma do julgado.

1.3 Tem o Recorrente, porém, que **a decisão proferida pela 5ª Turma do TRF da 4ª Região afrontou normas contidas no Código de Processo Civil (§§ 1º e 7º do art. 85), além de divergir de entendimento jurisprudencial quanto à aplicabilidade da Súmula 519 do STJ.**

O recurso especial está calcado no **art. 105, inc. III, letra 'a'**, da

**CF, bem assim nos artigos 994, inciso VI, e 1.029 do CPC,** além de ser regulamentado pelo Regimento Interno do STJ, em seus arts. 255 a 257.

2.2 Conforme se verá adiante, a interposição do presente recurso é legítima visto que a decisão proferida pela 5ª Turma do TRF4 no julgamento do agravo de instrumento contrariou disposição de lei federal (§§ 1º e 7º do art. 85, do CPC), além de aplicar de forma equivocada o enunciado da Súmula nº 519 do STJ.

2.3 Ainda, está presente o prequestionamento da matéria posta a desate (§§ 1º e 7º do art. 85, do CPC, e Súmula n. 519 do STJ), conforme se denota das decisões de 1º e 2º Grau.

2.4 Por fim, o recurso é tempestivo, na medida em que o prazo de sua interposição é de 15 dias (§ 5º, do art. 1.003, do CPC), com a forma de contagem prevista no art. 219 e parágrafo único, também do CPC. Assim, iniciada a contagem em 15/08/2018 (quarta-feira), o termo final é dia 04/09/2018 (terça-feira), consoante Evento 25.

#### **4.1 Da inaplicabilidade da Súmula nº 519 do STJ ao caso concreto:**

4.1.1 Inicialmente, a **Recorrente argui a inaplicabilidade do enunciado da Súmula nº 519 do STJ ao caso concreto por dois motivos: i) não houve a fixação de honorários advocatícios em nenhum momento da fase executiva; ii) o seu enunciado está e desconformidade com o ordenamento processual em vigência (Novo Código de Processo Civil, de 2015).**

4.1.2 Com efeito, a partir dos votos exarados no julgamento dos recursos repetitivos que originaram o enunciado da Súmula nº 519 do STJ, conclui-se que os dispositivos legais que na ocasião compuseram a sua base argumentativa – em especial a Lei 5.869/73 – foram revogados pelo Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105, de 16/03/2015).

Em outras palavras, as razões que conduziram à formulação da Súmula nº 519 do STJ foram, em sua maioria, excluídas do mundo jurídico processual, e devidamente substituídas por normativas contemporâneas.

E tal situação não é passível de ser ignorada, uma vez que o novo diploma processual trouxe significativas alterações processuais, especialmente na forma de arbitramento dos honorários (art. 85 e seus parágrafos), os quais tornam a Súmula em comento inaplicável em algumas situações, a exemplo do caso dos autos.

4.1.3 Ainda, a da **Súmula nº 519 do STJ, além de amoldar-se, à época da sua edição (02/03/2015), aos regramentos do**

**revogado CPC/73, tem o objetivo de coibir a incidência de dupla carga honorífica na mesma fase processual.**

In casu, a fixação dos honorários sucumbenciais seria cabível nas seguintes fases do processo: i) na instauração do procedimento da execução de sentença ou da fase de cumprimento de sentença e; ii) na rejeição da impugnação à fase de cumprimento de sentença.

Tal se depreende de parte do voto proferido no julgamento de um dos recursos repetitivos 2 que deu origem à Súmula em comento:

(...)

**Veja-se, pois, que não é negada a condenação em honorários advocatícios na execução de cumprimento de sentença. No entanto, impede que o arbitramento dos honorários ocorra em duplicidade, ou seja, na instauração da fase de cumprimento de sentença E no julgamento da impugnação.**

4.1.4 Ocorre que, em se tratando de execuções manejadas em face da Fazenda Pública não é comum o arbitramento de honorários advocatícios por ocasião da abertura do procedimento executório – o que se verifica no caso em análise. Por conseguinte, **é devida a sua fixação quando da rejeição da impugnação, em decorrência da evidente resistência apresentada pelo órgão público**, in casu, o INSS, no pagamento da verba que é devida.

No caso dos autos, de fato não houve o arbitramento de verba honorífica por ocasião da instauração da fase de cumprimento de sentença, nem no recebimento da impugnação do INSS e nem por ocasião do julgamento de improcedência da impugnação.

Em suma, não houve o arbitramento de honorários advocatícios sucumbenciais em nenhum momento da fase de cumprimento de sentença, situação que não é amparada pela Súmula nº 519 do STJ, como já demonstrado.

Reitera-se que a Súmula referida não pretende coibir, em qualquer hipótese, a fixação de honorários na fase de execução ou cumprimento de sentença. A intenção da Súmula é evitar a dupla carga honorífica na mesma fase processual (quando tivesse ocorrido na instauração da execução e/ou no julgamento da impugnação).

Porém, repita-se, não tendo sido fixados os honorários na primeira oportunidade (instauração da fase de cumprimento de sentença), não pode tal Súmula ser utilizada como 'escudo' para impedir o arbitramento no segundo momento, quando do julgamento da impugnação.

4.1.6 Entendimento diverso do ora posto tornaria inócua a redação

final do § 7º, do artigo 85, do CPC, segundo o qual: 'não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada'. Ora, se essa e. Corte já havia decidido, antes da vigência do atual CPC, que não seriam devidos honorários advocatícios por ocasião do julgamento da impugnação, por que razão o legislador haveria de manter a redação do § 7º, do art. 85 com a ressalva no novo Código de Processo Civil?

4.1.7 Daí porque se invoca a inaplicabilidade da Súmula nº 519 do STJ ao caso concreto, considerando que NÃO houve a fixação da verba honorífica sucumbencial em nenhum momento processual (nem na fase de instauração do cumprimento de sentença, nem no julgamento de improcedência da impugnação).

4.2 Da violação ao disposto no § 1º, do art. 85, do CPC

4.2.1 A decisão proferida pela 5ª Turma do TRF4, ao insistir na incidência da Súmula nº 519 do STJ, culminou por afrontar o disposto no § 1º, do art. 85, do CPC, o qual dispõe sobre a condenação do vencido ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais em diversas fases processuais, referindo expressamente a de execução e de cumprimento de sentença. Neste sentido:

(...)

4.2.2 Ao não haver a condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais na instauração da fase de cumprimento de sentença, nem quando do julgamento de improcedência da impugnação à fase de cumprimento de sentença, o dispositivo infraconstitucional mencionado perde sua razão de existir, uma vez que completamente ignorado pelo julgador.

4.2.3 Dessa forma, suscita-se conferência de eficácia ao disposto no § 1º, do art. 85, do CPC ao caso em concreto, de forma que sejam fixados honorários advocatícios sucumbenciais na fase executória.

4.3 Da violação ao disposto no § 7º, do art. 85, do CPC

4.3.1 O Código de Processo Civil de 2015 firmou significativas alterações ao ordenamento jurídico processual, simplificando procedimentos e tornando-os contemporâneos às necessidades jurídicas.

Nessa ordem, inseriu o § 7º no art. 85, do CPC, o qual assim define:

(...)

4.3.2 Como já visto, o § 1º do artigo mencionado deixa claro que **sempre serão devidos honorários advocatícios no cumprimento de sentença (provisório ou definitivo) e na execução.**

**O § 7º, por sua vez, garante que não incidirão honorários**

**advocatícios quando a execução, manejada contra a Fazenda Pública, der azo à expedição de precatório, a não ser que esta venha a ser impugnada pelo ente público e a impugnação seja rejeitada / improcedente.**

**Em outras palavras: tratando-se de execução contra a Fazenda Pública que ensejar a expedição de precatório, com impugnação rejeitada pelo Juízo, será devida a fixação de honorários advocatícios sucumbenciais.**

4.3.3 E o entendimento aqui sustentado vem sendo adotado pelas outras Turmas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, conforme dissídio jurisprudencial a ser formulado em seguida.

A título de argumentação, **colaciona-se o entendimento formulado pelo Juiz Federal José Antônio Savaris, componente da Turma Regional Suplementar de SC do TRF da 4ª Região:**

(...)

4.3.4 E nessa mesma lógica depreende-se que a grande maioria dos processos movidos em face da Fazenda Pública trata de quantias ilíquidas na fase de conhecimento, motivo pelo qual não há a fixação de honorários advocatícios quando da instauração da fase de cumprimento de sentença.

Isso porque, considerando o disposto neste § 7º, do art. 85, do CPC, somente as quantias que não atingirem os 60 salários-mínimos nacionais (que ensejam a expedição de precatório) poderão ter os honorários advocatícios arbitrados de pronto. **No caso dos precatórios, somente haverá honorários advocatícios sucumbenciais no caso de a impugnação ser rejeitada.**

Dessa forma, não há como o julgador deduzir, antes de proceder na execução e análise dos cálculos apresentados, quais serão os casos em que haverá arbitramento honorífico, razão pela qual deixa de fazê-lo na fase de instauração do cumprimento de sentença (primeiro momento da fase executória).

4.3.5 No entanto, o diferimento da fixação dos honorários advocatícios para outro momento não pode prejudicar os procuradores da parte vencedora de forma que, ao final do processo executivo, reste ausente o arbitramento da verba (nem na instauração da fase de cumprimento, nem no julgamento de improcedência da impugnação à fase de cumprimento de sentença).

4.3.6 **No caso dos autos, i) a execução atingiu a quantia de R\$ 137.926,97, implicando na necessária expedição de precatório; ii) a Fazenda Pública (INSS) impugnou o montante de R\$ 31.049,80, sendo esta rejeitada pelo Juízo de origem.**

Logo, tratando-se de execução dependendo de precatório, com impugnação da parte devedora rejeitada, é inevitável que a decisão recorrida afrontou o disposto no § 7º, do art. 85 do CPC, ao rejeitar a fixação dos honorários advocatícios.

4.3.7 Assim, mostra-se necessário que este e. Superior Tribunal de Justiça se pronuncie, de modo a garantir vigência ao dispositivo infraconstitucional - § 7º do art. 85, do CPC –, fixando os honorários advocatícios sucumbenciais em favor dos procuradores da Recorrente, atentando-se para o disposto no § 11, do art. 85 do CPC (majoração da verba)" (fls.228/244e).

Ao final, requer "a) o recebimento do presente recurso especial, com a determinação de sua juntada aos autos; b) apreciando as razões, conheça o recurso e, no mérito, lhe dê provimento, para o fim de reformar a decisão recorrida, de modo a: b.1) atribuir correta interpretação e vigência ao disposto no § 1º do art. 85, do CPC, reconhecendo a possibilidade de fixação de honorários advocatícios em fase de cumprimento de sentença; b.2) atribuir correta interpretação e vigência ao disposto no § 7º do art. 85, do CPC, reconhecendo a necessidade de fixação de honorários advocatícios sucumbenciais nos casos em que a execução ensejar a expedição de precatório, quando rejeitada a impugnação apresentada pela Fazenda Pública; b.3) reconhecer a inaplicabilidade da Súmula 519 do STJ ao caso concreto, uma vez que não se está a tratar de dupla incidência de honorários, considerando que estes não foram arbitrados quando da instauração da fase executória (cumprimento de sentença; c) e, sucessivamente, condenar o INSS ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, em percentual não inferior a 10% sobre excesso de execução apontado, em atenção ao disposto no art. 85, § 1º, § 3º, inc. I e § 7º, do CPC" (fls. 243/244e).

Sem contrarrazões, o Recurso foi admitido na origem (fl. 251e).

O Recurso Especial não merece prosperar.

O Tribunal de origem, para decidir a controvérsia dos autos, deixou consignado, no que interessa:

"Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que, julgando improcedente a impugnação ao cumprimento de sentença apresentada pelo INSS, fixou os honorários advocatícios sucumbenciais no valor de R\$ 100,00, nos seguintes termos (Evento 1 - OUT20):

(...)

**Sustenta a agravante que a decisão deve ser reformada, pois o valor fixado a título de honorários é irrisório, uma vez que o**

**excesso de execução apontado é de R\$ 31.049,80. Postula, assim, a sejam os honorários arbitrados em respeito ao mínimo legal estabelecido para o caso, conforme parâmetros do § 3º, do art. 85, do CPC, qual seja, de 10% sobre o excesso apontado.**

Sem contraminuta ao agravo, vieram os autos.

(...)

No caso dos autos, o INSS apresentou impugnação ao cumprimento de sentença (Evento 1 - PET17), sendo esta julgada improcedente (Evento 1 - OUT18). O juízo a quo acolheu os embargos de declaração (Evento 1 - OUT20) para condenar o réu ao pagamento de R\$ 100,00 em honorários advocatícios.

Cumpre, inicialmente, ressaltar que o direito à verba honorária em execução de sentença decorre da necessidade de remunerar condignamente o profissional do direito que diligencia no sentido da propositura do feito e consequente adimplemento do débito.

**Nos termos da Súmula 519, entretanto, 'Na hipótese de rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença, não são cabíveis honorários advocatícios'.**

Nessa linha de entendimento, indevidos seriam os honorários advocatícios, entretanto, a fim de evitar a reformatio in pejus, mantém-se a decisão agravada.

Em face do exposto, **voto por negar provimento ao agravo de instrumento**, nos termos da fundamentação" (fls. 187/189e).

No âmbito do julgamento dos Embargos de Declaração, asseverou, ainda:

"Sustenta o embargante que o acórdão foi omissivo, uma vez que analisou a questão da incidência da Súmula nº 519 do STJ, que em nenhum momento foi referida, considerando que esta não tem aplicabilidade nos casos de execução em face da Fazenda Pública. Invoca, ainda, a manifestação da Turma quanto à aplicabilidade do disposto no § 7º, do art. 85 do CPC, quanto à incidência de honorários advocatícios sucumbenciais quando a execução tratar de valor que enseje a expedição de precatório e a impugnação à execução, manejada pela Fazenda Pública, tenha sido rejeitada (Evento 19).

É o relatório.

Conforme dispõe o artigo 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração são cabíveis nas seguintes hipóteses:

(...)

Assim, se o embargante entender que o julgado não apreciou a



questão de forma correta, poderá utilizar as medidas legais que considerar adequadas para reformá-lo, já que o recurso aclaratório não se presta para esse fim. Conforme julgado do Superior Tribunal de Justiça, 'O fato de o decisum concluir em sentido diverso do defendido pela ora embargante não enseja o aviamento de embargos declaratórios para promover mero rejugamento' (Edcl no MS 21766/DF, 1ª Seção, rel. Min. Og Fernandes, DJe 30/08/2017).

Inocorrendo as hipóteses acima citadas, resta clara a insatisfação do embargante quanto ao desfecho do julgamento, buscando na presente via a rediscussão da matéria, o que, como já foi dito, mostra-se inadequado.

No caso vertente, o acórdão foi claro em relação à matéria embargada, conforme se transcreve:

(...)

Ante o exposto, voto por rejeitar os embargos de declaração" (fls.219/221e).

Destaco, de plano, que na linha da jurisprudência desta Corte, "o Recurso Especial não constitui via adequada para a análise de eventual ofensa a enunciado sumular, por não estar este compreendido na expressão 'lei federal', constante da alínea 'a' do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal" (STJ, AgRg no AREsp 261.990/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 31/03/2015).

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO CARACTERIZADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 282/STF. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. VIOLAÇÃO. INADMISSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRADO.

1. Ausente o prequestionamento, até mesmo de modo implícito, de dispositivos apontados como violados no recurso especial, incide o disposto na Súmula nº 282/STF.

2. A deficiência na fundamentação do recurso atrai a incidência, por analogia, da Súmula nº 284/STF.

**3. Esta Corte Superior já consolidou o entendimento de que é incabível a análise de recurso especial que tenha por fundamento violação de súmula de tribunal, por não se enquadrar no conceito de lei federal, a teor do que dispõe o art. 105, III, da Constituição Federal.**

(...)

6. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no REsp 1.463.533/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 11/12/2015).

Destaco, ainda, que não se presta como aresto paradigma, para fins de comprovação do dissídio jurisprudencial, a indicação de julgado do próprio Tribunal prolator do acórdão recorrido, o que atrai a incidência da Súmula 13/STJ, segundo a qual "a divergência entre julgados do mesmo tribunal não enseja recurso especial".

No mesmo sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COTEJO ANALÍTICO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO NOS MOLDES DOS ARTS. 1.029, § 1º, DO CPC/2015 E 255, § 1º, do RISTJ.

1. O indigitado dissídio pretoriano não foi comprovado nos moldes exigidos nos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 (correspondente ao art. 541, parágrafo único, do CPC/1973) e 255, § 1º, do Regimento Interno do STJ, uma vez que as partes recorrentes apenas transcreveram a ementa do julgado que entendeu favorável à sua tese, sem realizar o necessário cotejo analítico entre a fundamentação contida no precedente invocado como paradigma e no aresto impugnado.

2. A alegação de dissídio jurisprudencial exige a comprovação da divergência através da juntada de certidões ou cópia dos acórdãos confrontados ou a citação do repositório oficial, autorizado ou credenciado, nos quais se achem publicados, inclusive em mídia eletrônica, o que não ocorreu no caso em tela.

**3. Não se conhece do apelo extremo diante do óbice contido na Súmula 13 do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual "a divergência entre julgados do mesmo Tribunal não enseja recurso especial".**

4. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 1.227.348/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/06/2018).

"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO ACIDENTÁRIO. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA E NEXO CAUSAL. REVISÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. DISSÍDIO

JURISPRUDENCIAL. SÚMULA N. 7/STJ. INCIDÊNCIA. PARADIGMA JULGADO PELO PRÓPRIO TRIBUNAL PROLATOR DO ACÓRDÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 13 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INCIDÊNCIA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. NÃO CABIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para o presente Agravo Interno, embora o Recurso Especial estivesse sujeito ao Código de Processo Civil de 1973.

II - In casu, rever o entendimento do Tribunal de origem, que consignou que não houve comprovação da incapacidade laborativa, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7/STJ.

III - É incabível o exame do Recurso Especial pela alínea c do permissivo constitucional, quando incidente na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

**IV - É entendimento pacífico dessa Corte que o Recurso Especial não pode ser conhecido com fundamento na alínea c do permissivo constitucional, porquanto a parte recorrente, para demonstrar o dissídio jurisprudencial, trouxe como paradigma julgado proferido pelo Tribunal prolator do acórdão recorrido, incidindo na espécie a orientação da Súmula n. 13/STJ.**

V - O Agravante não apresenta, no agravo, argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

VI - Honorários recursais. Não cabimento. VII - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero desprovimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VIII - Agravo Interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.653.433/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 23/05/2018).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. VIOLAÇÃO DO ART. 267 DO CPC/1973, DOS ARTS. 186 E 927 DO CC/2002 E DO ART. 374, I, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. ALÍNEA "C". DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO E PARADIGMA PROFERIDOS PELO MESMO TRIBUNAL. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO 13 DO STJ.

1. Não se pode conhecer da irresignação contra a ofensa ao art. 267 do CPC/1973, aos arts. 186 e 927 do CC/2002 e ao art. 374, I, do CPC/2015, pois as teses legais apontadas não foram analisadas pelo acórdão hostilizado.

2. Ressalte-se que não houve sequer interposição de Embargos de Declaração, o que seria indispensável para análise de uma possível omissão no julgado.

3. Assim, perquirir, nesta via estreita, a ofensa das referidas normas, sem que se tenham explicitado as teses jurídicas no juízo a quo, é frustrar a exigência constitucional do prequestionamento, pressuposto inafastável que objetiva evitar a supressão de instância. Ao ensejo, confira-se o teor da Súmula 282 do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".

4. No mesmo sentido, os enunciados sumulares 211 do STJ e 356 do STF. Assente no STJ o entendimento de que é condição sine qua non para que se conheça do Especial que tenham sido ventilados, no contexto do acórdão objurgado, os dispositivos legais indicados como malferidos.

5. O Tribunal de origem, com base no conjunto probatório dos autos, consignou que "não se evidencia que a situação experimentada pelos autores tenha resultado em um abalo ou constrangimento bastante a reconhecer o dano moral. Isso porque, o atraso no pagamento de precatórios, ainda que de natureza alimentar, por si só, não caracteriza prejuízo de ordem moral que justifique um dever de reparação. Para a caracterização e consequente reparação do dano, é necessária a prova inequívoca do abalo moral decorrente da violação do direito, além da demonstração do nexo de causalidade entre o evento danoso e o seu resultado, o que não se verifica in casu.

(...) Ademais, apesar do atraso no pagamento dos precatórios, não há que se falar em prejuízo aos autores, ora apelantes, pois quando do

pagamento serão corrigidos monetariamente e com incidência de juros moratórios" (fls. 159-161, e-STJ, grifei). A revisão desse entendimento implica reexame de matéria fático-probatória, o que atrai o óbice da Súmula 7/STJ.

**6. A divergência que enseja a interposição do Recurso Especial ao STJ é aquela verificada entre julgados de tribunais diversos. Caso contrário, esbarra-se no óbice da Súmula 13 desta Corte, in verbis: "a divergência entre julgados do mesmo Tribunal não enseja Recurso Especial".**

7. No caso concreto, o acórdão tido por conflitante foi exarado pelo mesmo Tribunal, a saber, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

8. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.705.451/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2017).

Noutro giro, verifica-se que da leitura dos trechos acima transcritos, a alegação de que "a Súmula referida não pretende coibir, em qualquer hipótese, a fixação de honorários na fase de execução ou cumprimento de sentença. A intenção da Súmula é evitar a dupla carga honorífica na mesma fase processual (quando tivesse ocorrido na instauração da execução e/ou no julgamento da impugnação), (fl. 235e). E que "a decisão proferida pela 5ª Turma do TRF4, ao insistir na incidência da Súmula nº 519 do STJ, culminou por afrontar o disposto no § 1º, do art. 85, do CPC, o qual dispõe sobre a condenação do vencido ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais em diversas fases processuais, referindo expressamente a de execução e de cumprimento de sentença" (fl. 237e). Afirma que "ao não haver a condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais na instauração da fase de cumprimento de sentença, nem quando do julgamento de improcedência da impugnação à fase de cumprimento de sentença o dispositivo infraconstitucional mencionado perde sua razão de existir, uma vez que completamente ignorado pelo julgador" (fl. 237e). E que "tratando-se de execução contra a Fazenda Pública que ensejar a expedição de precatório, com impugnação rejeitada pelo Juízo, será devida a fixação de honorários advocatícios sucumbenciais" (fl.239e). Por fim que "considerando o disposto neste § 7º, do art. 85, do CPC, somente as quantias que não atingirem os 60 salários-mínimos nacionais (que ensejam a expedição de precatório) poderão ter os honorários advocatícios arbitrados de pronto. No caso dos precatórios, somente haverá honorários advocatícios sucumbenciais no caso de a impugnação ser rejeitada" (fl.241e), como sustentáculo da tese recursal, não foi objeto de discussão pelo Tribunal **a quo**, e, apesar da oposição de Embargos de Declaração, a questão não foi analisada. Desatendido, portanto, o requisito do questionamento, nos termos da **Súmula 211/STJ**.

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, nos termos do regramento vigente à data da interposição do Recurso Especial, não basta que a parte recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal. É necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não, ao caso concreto.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. NOVO CPC. NÃO APLICAÇÃO AO CASO DOS AUTOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211. MULTA APLICADA POR TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL A GESTOR MUNICIPAL. RECEITA DO ENTE FEDERATIVO A QUE SE VINCULA O ÓRGÃO SANCIONADOR. LEGITIMIDADE DO ESTADO PARA AJUIZAR A COBRANÇA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVADA.

(...)

3. O insurgente alegou violação do art. 38 da Lei 8.666/93. **No entanto, percebe-se que o Tribunal de origem não emitiu juízo de valor acerca do referido dispositivo legal.**

4. **O Superior Tribunal de Justiça entende ser inviável o conhecimento do Recurso Especial quando os artigos tidos por violados não foram apreciados pelo Tribunal a quo, a despeito da oposição de Embargos de Declaração, haja vista a ausência do requisito do prequestionamento. Incide, na espécie, a Súmula 211/STJ.**

(...)

8. Agravo Interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 926.189/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 11/10/2016).

Desse modo, em não havendo sido apreciada as alegações suscitadas, mesmo após a parte ter oposto Embargos Declaratórios, no Tribunal de origem, a parte recorrente deveria vincular a interposição do Recurso Especial à violação ao art. 1.022 do CPC/2015, e, não, insistir na tese recursal, tal como ocorreu na hipótese.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 66, 67 E 71 DA CLT.

AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211 DO STJ. APLICAÇÃO DA REGRA PREVISTA NO ART. 1.025 DO CPC/2015. PREQUESTIONAMENTO FICTO. INVIABILIDADE. REQUISITOS LEGAIS NÃO PREENCHIDOS. SERVIDOR PÚBLICO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS. FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Extraí-se do acórdão recorrido que os dispositivos legais apontados como violados e as matérias a eles correlatas não foram objeto de apreciação pelo Tribunal de origem, nem sequer implicitamente. Desse modo, carece o tema do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso especial, razão pela qual não merece ser apreciado. Aplicação do óbice fundado na Súmula 211 do STJ.

2. O Superior Tribunal de Justiça possui precedente no sentido de que 'a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/2015), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/2015, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei' (REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 10/4/2017).

3. Ainda que superada essa premissa, verifica-se que o acórdão recorrido está assentado em fundamento constitucional, circunstância que inviabiliza a análise da controvérsia na via especial, sob pena de usurpar-se a competência do Supremo Tribunal Federal.

4. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no REsp 1631358/RN, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 30/06/2017).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, por tratar-se, na origem, de recurso interposto contra decisão interlocutória, na qual não houve prévia fixação de honorários.

# *Superior Tribunal de Justiça*

I.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES

Relatora